

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que *acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.*

RELATOR: Senador **WILDER MORAIS**

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, cujo propósito é permitir aos fiadores a exoneração da garantia fidejussória, prestada sem limitação de tempo, quando houver modificação do quadro societário da sociedade empresária devedora.

Composto de apenas dois artigos, o projeto foi apresentado em 17 de abril de 2012. Para atingir o seu propósito, o autor do projeto pugna, no seu art. 1º, pelo acréscimo do parágrafo único ao art. 835 do Código Civil, de modo a fixar que, na hipótese de mudança no quadro societário da sociedade comercial devedora, o fiador poderá exonerar-se da fiança prestada a ela, mediante simples notificação, que pode ser judicial ou extrajudicial, independentemente da anuência do credor e do término do prazo contratual, ficando o fiador obrigado, após a notificação, pelo prazo de sessenta dias.



SF/15203.02615-30

A cláusula de vigência, prevista no art. 2º do projeto, institui que a Lei decorrente da eventual aprovação da matéria entre em vigor na data de sua publicação.

Nos termos da justificação da proposta, enfatiza o seu autor que se faz necessário proteger o fiador das alterações bruscas dos contratos societários, com a exclusão dos antigos sócios ou com a modificação de algumas cláusulas de constituição da sociedade empresária. O proponente também pondera, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, que não há justificativa plausível para que se imponha ao fiador o dever de garantir as obrigações assumidas pela sociedade empresária devedora na hipótese de alteração do quadro societário que possa implicar a má gestão da sociedade ou a modificação do seu objeto social.

Até o momento, foram apresentadas três emendas ao projeto. A primeira delas consiste numa emenda de redação, encartada no relatório não votado de autoria do Senador Aécio Neves, na qual se busca a correção da ementa do projeto em razão da má utilização do sinal gráfico de travessão, que deveria ser substituído, no caso específico, por parênteses, em homenagem à boa técnica legislativa. A segunda emenda ao projeto foi apresenta em relatório anterior de minha autoria, que também objetiva corrigir, novamente, a ementa do projeto, adequando-a à boa técnica legislativa, bem como adaptando-a à terceira emenda ao projeto que se apresenta logo em seguida. Esta última emenda sugerida ao projeto abandona a intenção de se inserir parágrafo único ao art. 835 do Código Civil, em troca da inclusão do art. 835-A ao Código Civil, mantendo, em grande medida, os aspectos originais do projeto, com exceção da menção específica da desoneração do fiador, se findo o prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação do afiançado, sem a remissão expressa ao *caput* do anterior artigo 835.

Após a análise desta Comissão, o projeto será apreciado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ desta Casa de Leis.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre qualquer proposição que lhe seja submetida por despacho da Presidência, por deliberação do Plenário,

ou por consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria. De resto, o PLS nº 105, de 2012, não apresenta vício de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e comercial, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o caput do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (Constituição Federal, art. 61, § 1º). Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No mérito, entendemos louvável a iniciativa consubstanciada no PLS nº 105, de 2012, pois cerca de coerência lógica a regulamentação da fiança no Brasil. Embora a justificação do projeto fundamente-se, inclusive, na garantia acessória do contrato de fiança, é nosso dever ressaltar, desde logo, que a fiança poderá ser extinta com base naqueles motivos que já permitem a extinção dos contratos em geral, e por fatos específicos, isto é, por motivos atribuíveis exclusivamente ao devedor afiançado. O verdadeiro escopo deste projeto é o de proteger o fiador em face da alteração do quadro societário da empresa afiançada, com a admissão de sócio que possa comprometer a boa gestão da empresa ou a saída de algum sócio que a conduzia adequadamente.

Entretanto, essa situação não ocorre somente nos casos em que a fiança foi prestada por prazo indeterminado, na hipótese prevista no art. 835 do Código Civil, mas também nos casos em que a fiança prestada tinha termo de cessação já fixado no contrato (isto é, nas fianças por prazo determinado).

Embora na justificação do projeto esteja explícita que se busca a exoneração da fiança na hipótese de mudança do quadro societário da empresa afiançada, nos casos de fiança por prazo determinado, e, como a alteração legislativa proposta foi feita mediante a inclusão de parágrafo único ao art. 835 do Código Civil, que trata, ao contrário, de fiança por prazo indeterminado, a conclusão a que se pode chegar é no sentido de que a alteração legislativa apenas atingiria as fianças tratadas no *caput* do art. 835, que são as fianças avençadas por prazo indeterminado.



Essa conclusão importaria existência de vício de juridicidade na proposição, porque o fiador já pode, segundo o previsto no art. 835 do Código Civil, nas fianças por prazo indeterminado, exonerar-se da garantia prestada.

Essa falha da proposição não é, contudo, determinante para a rejeição do projeto, podendo ser corrigida, de modo que se conceda ao fiador o direito de exoneração da fiança prestada por prazo determinado, caso exista alteração do quadro societário da empresa afiançada. O problema, portanto, que é de técnica legislativa, pode ser solucionado por meio da apresentação de uma emenda substitutiva, na qual se deixe claro que o fiador pode exonerar-se da fiança ainda que ela tenha sido prestada por prazo determinado.

Conforme aludido, já temos o amparo constitucional para a aprovação do projeto, bem como já discorremos a respeito da proteção legal do fiador, sem deixar de mencionar que é preciso que o fiador seja notificado pela devedora afiançada, em prazo razoável, da alteração do seu quadro societário, no caso descrito de fiança concedida por prazo determinado, a fim de que ele possa exercer, de imediato, o direito a ele conferido de se exonerar da fiança prestada, caso o fiador discorde do conteúdo da alteração do quadro societário.

À guisa de fecho, somos da opinião de que o PLS nº 105, de 2012, deve ser aprovado, ainda que uma das inovações trazidas pelo projeto – que irá prever a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro societário da pessoa jurídica afiançada e com prazo determinado – possa ser extraída de uma interpretação extensiva do art. 835 do próprio Código Civil, o fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier. No mérito, com fundamento nas emendas anteriormente apresentadas, o projeto merece o nosso apoio e aprovação em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação civil vigente, que passa a dar maiores garantias ao fiador, que deverá se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias a respeito da continuidade da fiança após a notificação da devedora afiançada, como já previsto de forma semelhante no art. 835 do Código Civil, embora seja necessária a apresentação de emenda substitutiva, consolidando em texto único as emendas anteriormente apresentadas.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 105, de 2012, com a aprovação das emendas apresentadas, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2012

Acrescenta o art. 835-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 835-A.** Na hipótese de mudança no quadro societário da devedora afiançada, poderá o fiador exonerar-se da fiança prestada a pessoa jurídica mediante simples notificação ao credor, independentemente do término do prazo contratual, ficando obrigado, após a notificação, pelo prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, a devedora afiançada deverá notificar o fiador, no prazo de dez dias, da mudança ocorrida no seu quadro societário, para que aquele possa exercer o seu direito de exonerar-se da fiança, ficando obrigado, contudo, por todos os efeitos da fiança, durante sessenta dias após a notificação da devedora afiançada.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15203.02615-30